

SUMÁRIO

PREFÁCIO À 14. ^a EDIÇÃO	7
PREFÁCIO À 13. ^a EDIÇÃO	9
PREFÁCIO À 12. ^a EDIÇÃO	11
PREFÁCIO À 11. ^a EDIÇÃO	13
PREFÁCIO À 10. ^a EDIÇÃO	15
PREFÁCIO À 9. ^a EDIÇÃO	17
PREFÁCIO À 8. ^a EDIÇÃO	19

PRIMEIRA PARTE

I – DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. Denominação e âmbito	39
2. O processo contencioso e o de jurisdição voluntária	42
2-A. O processo judicial e os métodos alternativos de solução de conflitos	42
3. Definição de Direito Processual Civil	43
4. Princípios informativos e fundamentais do processo civil	43
5. Evolução histórica do Direito Processual Civil	60
6. Processo civil romano	61
7. Período das <i>legis actiones</i>	61
8. Período do processo formulário	62
9. Período da <i>extraordinaria cognitio</i>	62
10. Processo romano-barbárico	63
11. O processo comum na Itália	64
12. Período dos glosadores	64
13. Período dos pós-glosadores	64
14. Período da jurisprudência culta	65

15.	O processo comum na Alemanha.....	65
16.	História do processo na Península Ibérica e respectivas implicações no Direito brasileiro – O <i>Forum Juditium</i> (<i>Fuero Juzgo</i>).....	66
17.	As Ordenações – Especialmente as Filipinas.....	66
18.	O Brasil e sua legislação depois da Independência.....	67
19.	O Regulamento 737.....	67
20.	A República e o processo civil – Os Códigos de Processo Civil Estaduais.....	67
21.	A reunificação do processo civil.....	68
21-A.	As tendências atuais do processo civil. A socialização do processo civil. A fase propriamente contemporânea do processo civil brasileiro.....	76
21-B.	<i>Segue:</i> As tendências atuais do processo civil. Algumas considerações sobre o Projeto de Novo Código de Processo Civil.....	100

II – REVISÃO DOGMÁTICA DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL – SUA CORRESPONDÊNCIA À EVOLUÇÃO DO SISTEMA JURÍDICO

22.	A reelaboração do Direito no século XIX.....	119
23.	Autonomia do direito da ação.....	120
24.	Moderna classificação das ações.....	121
25.	O processo concebido como contrato ou quase contrato.....	123
26.	O processo como instrumento predominantemente técnico.....	124
27.	As relações entre o Direito Processual Civil e os demais ramos do Direito.....	126
28.	O processo civil e o Direito Penal.....	126
29.	O processo civil e o Direito Constitucional.....	127
30.	O processo civil, o Direito Administrativo e o Direito Tributário.....	132
31.	O processo civil e o Direito Civil.....	133
32.	O processo civil e o Direito Comercial.....	134
33.	O processo civil e o Direito Processual do Trabalho.....	135
33-A.	O processo civil e o Direito Processual Penal.....	136
33-B.	O processo civil e os Direitos Humanos.....	137

III – AS NORMAS PROCESSUAIS CIVIS

34.	Norma jurídica.....	140
35.	Normas cogentes e dispositivas.....	143
36.	Norma processual e norma substancial – Natureza da norma processual civil.....	145
37.	Classificação das normas processuais civis.....	146
38.	As fontes da norma processual civil.....	155
39.	Competência para legislar sobre Direito Processual Civil.....	156
40.	Normas processuais na Constituição Federal.....	157
41.	Outras normas constitucionais que versam sobre matéria processual.....	162

42.	Fontes subsidiárias da norma processual civil.....	165
43.	Analogia.....	168
44.	Costume	169
45.	Os princípios gerais do Direito.....	170
46.	A jurisprudência e o processo civil.....	171
47.	Da interpretação das leis em geral	177
48.	Interpretação da lei processual civil.....	180
48-A.	Evolução da hermenêutica e o processo civil	184

IV – DA JURISDIÇÃO – O ESTADO DE DIREITO E A FUNÇÃO JURISDICIONAL

49.	O Estado de Direito	190
50.	Sistema de jurisdição	193
51.	Natureza da função jurisdicional e suas características	193
51-A.	Arbitragem e jurisdição.....	196
52.	Os princípios fundamentais da jurisdição.....	200
53.	A independência do Judiciário (da Justiça).....	203
54.	O direito de ação e a amplitude da função jurisdicional em nosso Direito.....	207
55.	Inconstitucionalidade de lei – Inconstitucionalidade incidental.....	207
55-A.	Controle concentrado da constitucionalidade	220
56.	O controle dos atos administrativos pelo Poder Judiciário.....	222
56-A.	A reforma do Poder Judiciário.....	225
56-B.	A repercussão geral	231
56-C.	A súmula vinculante	242
56-D.	A função jurisdicional no controle da constitucionalidade (<i>especialmente</i> do STF) e o princípio da proporcionalidade	249

V – FUNÇÕES E ÓRGÃOS DO PODER JUDICIÁRIO – ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

57.	A jurisdição voluntária.....	259
58.	Funções do Poder Judiciário e funções judiciárias	263
59.	Órgãos não judiciários com funções jurisdicionais	264
60.	Órgãos judiciários.....	265
61.	Regimento dos tribunais	268
62.	Organização judiciária	269
63.	Normas disciplinadoras da organização judiciária	271
64.	Possibilidade de conflito entre as normas de organização judiciária e a lei do processo	272
65.	Competência funcional nas fases do procedimento e os limites da organização judiciária no primeiro grau de jurisdição	273

66.	Competência interna dos tribunais	274
67.	Os limites das normas de organização judiciária, particularmente no segundo grau de jurisdição	274
68.	Auxiliares da Justiça.....	275

VI – DA COMPETÊNCIA

69.	Jurisdição e competência	281
70.	Definição de competência	288
71.	A competência no quadro dos pressupostos processuais.....	291
72.	Distinção entre incompetência e impedimento	295
73.	A divisão tripartida da competência	295
74.	Competência objetiva	296
75.	Competência territorial	297
76.	Competência funcional.....	298
77.	A competência jurisdicional em se tratando de mandado de segurança	299
78.	Competência funcional recursal	301
79.	Competência funcional nas fases do procedimento	301
80.	Competência internacional e interna	301
81.	Competência exterior e interior	302
82.	Foro competente.....	303
83.	Foro geral.....	303
84.	Foros especiais.....	307
85.	O art. 95	308
86.	O art. 96	312
87.	O art. 97	315
88.	O art. 98.....	315
89.	O art. 99	316
90.	O art. 100	316
91.	O art. 101	324
92.	Foro de eleição.....	324
93.	Foro e juízo	331
94.	Incompetência relativa.....	332
95.	Incompetência absoluta.....	339
96.	A competência no sistema das leis extravagantes	343

VII – A JUSTIÇA FEDERAL

97.	Introdução	352
98.	A Justiça Federal e a Constituição	353
99.	A Justiça Federal e a sua lei	362

100.	A competência da Justiça Federal é absoluta	363
101.	Hipóteses de intervenção federal na causa e a competência da Justiça Federal.	364
102.	As sociedades de economia mista (com participação da União) não se submetem à Justiça Federal	365
103.	Os Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal.....	365

VIII – PREVENÇÃO – *PERPETUATIO IURISDICTIONIS* – CONEXÃO E CONTINÊNCIA

104.	Prevenção	368
105.	Conexão de causas	373
106.	Continência de causas.....	379
107.	Ajuizamento da mesma ação.....	380
108.	<i>Perpetuatio iurisdictionis</i>	382

IX – CONFLITO DE COMPETÊNCIA

109.	Introdução	387
110.	O tratamento dado à matéria pelo nosso Código e entre tribunais estaduais ...	387
111.	Procedimento do conflito de competência	389

X – TEORIA DA AÇÃO

112.	Os conflitos de interesse e as respectivas soluções.....	392
113.	Noção de direito objetivo e de direito subjetivo	393
114.	Considerações sobre a ação e o direito subjetivo no prisma judicial.....	395
115.	Nossa posição acerca do direito subjetivo	396
116.	Teoria civilista a respeito da ação.....	398
117.	Posição de Adolf Wach.....	398
118.	Posição de Chiovenda	400
119.	Observações críticas à teoria civilista, à do direito concreto, à da tutela jurídica e à da ação como direito potestativo	401

XI – A AÇÃO EM NOSSO DIREITO PROCESSUAL CIVIL

120.	Definição de ação	406
121.	As condições da ação em nosso Direito positivo.....	407
122.	O interesse de agir a partir do Direito Privado e no âmbito do Direito Público.	413
122-A.	A legitimidade <i>ad causam</i> no Direito Positivo Brasileiro e a interpretação do art. 268 do CPC.....	415
123.	Particularmente a ação declaratória e seus problemas práticos – Declaratória, violação do direito e título executivo	420
124.	Declaratória e mero fato	422

125.	Ação declaratória e reconvenção	422
126.	Declaratória e cumulação de ações	423
127.	Declaratória, cláusula contratual e outras hipóteses	423
128.	Declaratória e falsidade de documento	424
129.	A ação declaratória incidental	425
130.	O papel do “fato” na teoria da ação.....	429
131.	O conceito de mérito.....	431
132.	O mérito e as condições da ação	431
133.	Cumulação de pretensões	433
134.	Concorrência de ações	439
135.	Objeto litigioso ou lide.....	441
136.	Elementos da ação	443
137.	As partes e sua identificação.....	443
138.	O objeto	443
139.	Fundamento legal	446
140.	Fundamentação jurídica e <i>causa petendi</i>	446
141.	A <i>causa petendi</i> nas ações pessoais e nas ações reais.....	447

XII – ATO PROCESSUAL

142.	Atos jurídicos e atos processuais	450
143.	Classificação dos atos processuais.....	452
144.	Forma dos atos processuais.....	458
145.	As nulidades dos atos processuais.....	460

XIII – O TEMPO NO PROCESSO

146.	Prazos e preclusão.....	468
147.	Os princípios informativos do processo e os prazos	468
148.	Os princípios da utilidade, continuidade, preempторiedade e preclusão.....	470
149.	Dos prazos e sua classificação	478
150.	Da contagem dos prazos.....	480
151.	Os prazos mais importantes	484
152.	Da preclusão	484

XIV – PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS

153.	A relação jurídica processual.....	491
154.	Pressupostos processuais da existência da relação jurídica processual	492
155.	Requisitos da validade da relação jurídica processual	497
156.	Pressupostos processuais negativos	501

XV – DO MINISTÉRIO PÚBLICO

157.	A atual função do Ministério Público	502
158.	Os princípios estruturais do Ministério Público.....	503
159.	Os princípios estruturais e os da atuação do Ministério Público	503
160.	Princípios que presidem a direção e disciplina do Ministério Público	504
161.	O Ministério Público e o nosso Direito Constitucional	505
162.	O Ministério Público e sua posição político-jurídica	507
163.	Da atuação do Ministério Público	508

XVI – DO ADVOGADO

164.	Capacidade postulatória	521
165.	A função do advogado.....	528
166.	Deveres do advogado em face do Código de Processo Civil.....	531
167.	Direitos do advogado em face do Código de Processo Civil.....	533

SEGUNDA PARTE

I – DOS SUJEITOS DO PROCESSO

1.	Introdução	543
2.	Do juiz	543
3.	Conceitos de parte e de capacidade processual	545
4.	Análise do conceito de parte	547
5.	As regras do Direito Civil no tema da capacidade e o Direito Processual Civil..	547
6.	Conceitos de parte, parte legítima e parte vencedora	548
7.	Capacidade processual e capacidade de ser parte	550
8.	Princípios regentes do tema das partes.....	552
9.	Representação dos incapazes. Necessidade de integração da capacidade proces- sual	553
10.	Regime jurídico dos incapazes no Direito Processual Civil	556
11.	O incapaz sem representante legal	556
12.	A colisão de interesses do incapaz e do representante (art. 9.º, I)	557
13.	A figura do curador especial.....	559
14.	A capacidade processual do marido e da mulher	568
15.	Forma de ser sanado o vício de incapacidade	572

II – REPRESENTAÇÃO EM JUÍZO
DAS PESSOAS JURÍDICAS

16.	Noções gerais.....	576
-----	--------------------	-----

17.	A representação da União.....	577
18.	A representação dos Estados-federados	580
19.	A representação dos Municípios	581
20.	A representação do Distrito Federal	581
21.	A representação dos Territórios.....	582
21-A.	A representação das autarquias e demais entidades de caráter público criadas por lei.....	582
22.	A representação das pessoas jurídicas de Direito Privado.....	582
23.	A representação das paróquias da Igreja Católica.....	585

III – REPRESENTAÇÃO DOS ENTES DESPERSONALIZADOS

24.	Introdução	587
25.	A representação da massa falida	587
26.	A representação das heranças jacente e vacante	588
27.	A representação do espólio.....	588
28.	A representação dos condomínios e outras modalidades	590

IV – DO LITISCONSÓRCIO

29.	Conceito de litisconsórcio.....	593
30.	Classificação do litisconsórcio quanto ao momento de sua formação	593
31.	Classificação do litisconsórcio quanto à obrigatoriedade ou não de sua formação (arts. 46 e 47). Litisconsórcio multitudinário (art. 46, parágrafo único).....	594
32.	Classificação do litisconsórcio quanto à sorte no plano do Direito Material.....	595
33.	Classificação do litisconsórcio quanto à posição, subjetiva ativa ou passiva, dos litisconsortes no processo	597
34.	Litisconsórcio facultativo (noções gerais).....	597
35.	Litisconsórcio facultativo baseado na comunhão de direitos ou de obrigações, tendo em vista a lide (art. 46, I).....	599
36.	Litisconsórcio facultativo baseado na identidade de fundamentos de fato (art. 46, II).....	600
37.	Litisconsórcio facultativo baseado na identidade de fundamentos de direito (art. 46, II).....	600
38.	Litisconsórcio facultativo baseado na conexão de causas (arts. 46, III e 103)...	600
39.	Litisconsórcio facultativo baseado na afinidade de questões (art. 46, IV).....	600
40.	Litisconsórcio necessário (noções gerais) (art. 47)	604
41.	Litisconsórcio unitário (noções gerais) (art. 47)	607
41-A.	A posição do sócio em demanda contra a sociedade e a figura do litisconsórcio	610
42.	Regime jurídico fundamental e especial do litisconsórcio.....	618
42-A.	A figura do litisconsórcio no procedimento sumário e fora do sistema do CPC	623

V – DA ASSISTÊNCIA

43.	Noções gerais acerca do instituto da assistência	628
44.	Influência do processo na esfera jurídica do assistente simples e do assistente litisconsorcial.....	630
45.	Aspectos comuns entre a assistência simples e a assistência litisconsorcial	633
45-A.	A distinção entre a assistência e a intervenção da União e das pessoas jurídicas de direito público fundada no art. 5.º e parágrafo único da Lei 9.469/1997	637
46.	A posição do assistente no processo	640
47.	A sentença, o assistente simples e o assistente litisconsorcial.....	640
48.	A atividade do assistente	642
49.	Limites à atividade do assistente	643
50.	Os processos que ensejam a intervenção do assistente	645
51.	O incidente de admissibilidade do assistente	647
51-A.	A assistência no procedimento sumário fora do sistema do Código de Processo Civil	649

VI – DA OPOSIÇÃO

52.	Colocação no instituto.....	651
53.	Pressupostos de admissibilidade da oposição. Implicações da oposição admitida	651
54.	Processos que admitem e não admitem oposição	652
55.	Os momentos de oferecimento da oposição e as repercussões no procedimento.....	655
56.	O processamento da oposição	656
57.	A posição dos opostos em relação ao oponente	657
58.	A autonomia dos opostos.....	657
59.	Os pressupostos processuais e as condições da ação na oposição	657
60.	O indeferimento do pedido de oposição.....	657
61.	A sentença da oposição	658

VII – DA NOMEAÇÃO À AUTORIA

62.	Noções necessárias à compreensão do instituto	660
63.	Definição	660
64.	Legitimação para a nomeação e procedimento	663
65.	A aceitação ou a recusa do nomeado pelo autor	665
66.	A aceitação ou a recusa do nomeado	665
67.	A responsabilidade por perdas e danos.....	666

VIII – DA DENUNCIÇÃO DA LIDE

68.	Noções gerais	668
-----	---------------------	-----

69.	A hipótese do art. 70, I	674
70.	A hipótese do art. 70, II	675
71.	A hipótese do art. 70, III.....	678
72.	O ingresso do denunciado.....	686
73.	A posição do litisdenuciado	687
74.	O comparecimento ou não do denunciado pelo autor.....	690
75.	O comparecimento ou não do denunciado pelo réu	690
76.	As consequências da denunciação	694
77.	A denunciação da lide no procedimento sumário, na execução e na cautelar ...	694

IX – DO CHAMAMENTO AO PROCESSO

78.	Finalidade do chamamento ao processo.....	700
79.	As hipóteses de chamamento ao processo (art. 77, I)	701
80.	Art. 77, II.....	702
81.	Art. 77, III	703
82.	Procedimento para o chamamento.....	703
83.	Efeitos do chamamento.....	704
84.	Hipóteses de não admissibilidade do chamamento	704

X – DA PETIÇÃO INICIAL

85.	Ajuizamento, distribuição e registro da petição inicial.....	711
86.	Forma da ação, da contestação, da reconvenção e da oposição.....	716
87.	Petição inicial e libelo	718
88.	Conteúdo lógico-jurídico da petição inicial	725
89.	A forma da petição inicial em nosso Direito	725
90.	O conteúdo da petição inicial. Declaração de vontade e declaração de ciência nela contidas.....	725
91.	Funções preparatórias e definitivas da petição inicial	726
92.	Do pedido	726
93.	Deferimento e indeferimento da petição inicial	730

XI – DAS COMUNICAÇÕES DOS ATOS PROCESSUAIS

94.	Considerações introdutórias.....	743
95.	Da citação	744
96.	Conceito de citação. Peculiaridades.....	751
97.	Dos efeitos da citação	754
97-A.	A interrupção da prescrição e o art. 202 do CC/2002	756
98.	A falta de citação	766

99.	A nulidade da citação	767
100.	O comparecimento do interessado.....	768
101.	Destruição dos efeitos da citação.....	769
102.	Distinção entre propositura da ação e prazo para apresentação da defesa.....	769
103.	A citação é ato judicial	770
104.	Como se realiza a citação	770
105.	Das intimações.....	771
105-A.	A transmissão de dados nos atos processuais (Lei 9.800/1999). Admissibilidade do uso do <i>fac-símile</i>	779
105-B.	Do processo eletrônico.....	781

XII – DA RESPOSTA DO RÉU

106.	Introdução	793
107.	Analogia existente entre o direito de ação e o direito de defesa.....	795
108.	Função processual da contestação	796
109.	Contestação e conceito de questão de fato ou de direito.....	797
110.	Contestação e seu conteúdo processual	798
111.	Considerações introdutórias acerca das exceções	801
112.	As exceções, as preliminares e o princípio da eventualidade	803
113.	A exceção de incompetência	803
114.	A exceção de suspeição	806
115.	A exceção de impedimento	806
116.	A distinção entre suspeição e impedimento	806
117.	O procedimento da exceção de incompetência	807
118.	O procedimento da exceção de suspeição e impedimento.....	809
119.	O problema da não alegação no prazo	810
120.	Da reconvenção	811
121.	Procedimento da reconvenção	812
122.	A autonomia da reconvenção	814
123.	A reconvenção e o procedimento sumário	816
124.	A ação declaratória incidental, como espécie da resposta do réu.....	817
124-A.	Apontamentos sobre a resposta do réu no Projeto de Novo Código de Processo Civil.....	820

XIII – DA REVELIA

125.	Introdução	825
126.	A revelia no sistema do Código de Processo Civil e seus aspectos capitais.....	825
127.	Revelia e litisconsórcio.....	833
128.	Revelia e assistência	834
129.	Revelia e reconvenção	834

130.	Revelia e julgamento antecipado da lide	835
131.	A revelia e os procedimentos especiais.....	836
132.	A revelia nos processos cautelar e execução de título extrajudicial	838
133.	Revelia e incompetência.....	839
134.	Revelia e a citação ficta.....	840

XIV – DA MODIFICAÇÃO DO LIBELO

135.	Introdução	843
136.	A modificação do libelo e suas implicações no problema de identificação das ações	843
137.	Os arts. 264 e 294 do CPC. Distinção	843
138.	Tipo de prestação jurisdicional e modificação da demanda.....	844
139.	Mudança dos fatos e mudança do direito	844
140.	Alteração do pedido e concordância do réu. Momento preclusivo	845
141.	Emenda do libelo	846

XV – DA SUSPENSÃO DO PROCESSO

142.	Ideias gerais	851
143.	A suspensão necessária do processo.....	851
144.	A suspensão facultativa do processo	854
145.	A suspensão do processo e os atos urgentes	854

XVI – DA TUTELA ANTECIPADA

146.	Introdução	857
147.	A efetivação da tutela antecipada	864
148.	A possibilidade de antecipação de tutela no julgamento antecipado da lide e nas hipóteses de pedido incontroverso.....	868
149.	A importância da correta avaliação dos requisitos que autorizam a antecipação de tutela dos incisos I e II do art. 273.....	871
150.	Análise de algumas hipóteses de cabimento ou não da antecipação dos efeitos da tutela.....	884
151.	Diferenças entre a tutela cautelar e a tutela antecipada.....	888
152.	A fungibilidade das tutelas de urgência	891
153.	Linhas gerais “conjugadas” na evolução do direito material e do direito processual, tendo em vista as obrigações de fazer, de não fazer e de entrega de coisa e a efetividade do processo	894
154.	As dificuldades no efetivo cumprimento/satisfação das obrigações de fazer, de não fazer e de entrega de coisa.....	897
155.	Traços fundamentais dos arts. 461 e 461-A, com a redação das Leis 8.952, de 13.12.1994, e 10.444, de 07.05.2002	898

XVII – DO JULGAMENTO CONFORME
O ESTADO DO PROCESSO

156.	Providências preliminares.....	905
157.	Introdução ao julgamento conforme o estado do processo.....	907
158.	Da extinção do processo sem resolução de mérito.....	908
159.	O inciso I do art. 267.....	908
160.	O inciso II do art. 267.....	910
161.	O inciso III do art. 267.....	910
162.	O inciso IV do art. 267.....	912
163.	O inciso V do art. 267.....	912
164.	O inciso VI do art. 267.....	913
165.	O inciso VII do art. 267.....	914
166.	O inciso VIII do art. 267.....	915
167.	O inciso IX do art. 267.....	917
168.	O inciso X do art. 267.....	918
169.	O inciso XI do art. 267.....	918
170.	As consequências comuns aos diversos casos de encerramento do processo sem resolução de mérito.....	918
171.	O conteúdo do saneamento.....	919
172.	O saneamento do processo.....	921
173.	Julgamento antecipado da lide.....	922
174.	Casuísmo em torno do julgamento conforme o estado do processo.....	926

XVIII – CONCEITO JURÍDICO DA PROVA

175.	Generalidades.....	931
176.	A prova e o problema da verdade.....	932
177.	A prova legal e a limitação do juiz.....	935
178.	Noção do conceito de prova e dos meios de prova admitidos no processo.....	935
179.	Da prova nas hipóteses de julgamento conforme o estado do processo. Da extinção do processo.....	938
180.	Do julgamento antecipado da lide.....	938
181.	Rápida referência ao Direito Civil.....	939
182.	O art. 227 do Código Civil em confronto com o art. 401 do CPC.....	940
183.	A validade de documento entre as partes e terceiros. O documento, sua data e dúvida a respeito.....	940
184.	A prova vista sob o prisma dos efeitos que provoca.....	942
185.	A atividade probatória e a sentença.....	942

XIX – A PROVA E OS PRINCÍPIOS
REGENTES DO DIREITO
PROCESSUAL CIVIL

186.	A prova e o princípio dispositivo.....	947
------	--	-----

187.	A prova e o princípio da oralidade.....	948
188.	O subprincípio da identidade física do juiz	949
189.	O subprincípio da concentração dos atos processuais.....	951
190.	O subprincípio da imediatidade	951
191.	O subprincípio da irrecorribilidade em separado (<i>rectius</i> , por apelação) das interlocutórias	951
192.	O debate oral.....	953

XX – CLASSIFICAÇÃO GERAL DAS PROVAS

193.	Classificação das provas	956
194.	Classificação das provas tendo em vista o sujeito	956
195.	Classificação das provas tendo em vista o objeto.....	958
196.	Classificação das provas tendo em vista a forma.....	960

XXI – ÔNUS DA PROVA

197.	Introdução	963
198.	Distinção entre ônus e obrigação	963
199.	O ônus perfeito e o ônus imperfeito	964
200.	Correlação do ônus da prova com os princípios dispositivo e inquisitório.....	964
201.	A convenção das partes na distribuição do ônus da prova	965
202.	A sentença, o raciocínio do juiz e a função do ônus da prova	966
203.	Momento do funcionamento do ônus.....	966
204.	Fundamentos da repartição do ônus da prova.....	967
205.	O ônus da prova e a revelia.....	967
206.	A confissão e o ônus da prova.....	968
207.	A falsidade de documento e o ônus da prova.....	968
208.	A alegação de fato modificativo, impeditivo ou extintivo e o ônus da prova.....	969
208-A.	A inversão do ônus da prova, o Código de Processo Civil e o Código de Defesa do Consumidor.....	970

XXII – MOMENTOS DA PROVA

209.	Introdução	977
210.	Especificamente os momentos da prova.....	977
211.	Procedimentos probatórios especiais	979
212.	Os momentos da prova no procedimento sumário.....	979

XXIII – DA PROVA DOCUMENTAL

213.	Noções gerais.....	982
214.	Definição de documento	982
215.	Os autores intelectual e material do documento	982

216.	O conteúdo e a eficácia do documento.....	983
217.	A forma como sendo da substância do documento	984
218.	O documento, em regra, é prova preconstituída.....	986
219.	Classificação dos documentos. Aspectos gerais	986
220.	Os documentos e a autenticidade.....	988
221.	O documento e a extensão subjetiva de sua validade	988
222.	As autoridades que são autoras materiais dos documentos	989
223.	Instrumentos e documentos particulares. Distinção específica.....	989
224.	Documento e sua data	989
225.	Validade, autenticidade e nominalidade do documento. Distinção	989
226.	O valor probante dos documentos	990
227.	Da exibição de documento ou coisa. Generalidades.....	992
228.	Espécies da ação de exibição e fundamento jurídico ao direito à exibição.....	993
229.	Das partes e de sua legitimidade.....	994
230.	Os limites da ação de exibição de documento ou coisa.....	994
231.	A recusa fundada de exibição	994
232.	Efeitos sobre a parte, tendo em vista a não exibição	995
233.	Efeitos sobre terceiros, tendo em vista a não exibição	995
234.	Dos recursos	995
235.	A produção da prova documental e o procedimento	995

XXIV – DA PROVA TESTEMUNHAL

236.	Noções gerais.....	1000
237.	Testemunha e parte. Distinção	1000
238.	Testemunha e perito. Distinção.....	1001
239.	Do valor da prova testemunhal	1001
240.	A técnica de inquirição.....	1002
241.	O sujeito da prova testemunhal.....	1002
242.	Conceito de testemunha	1003
243.	Da obrigação de testemunhar.....	1004
244.	Quem pode ser testemunha	1005
245.	Obrigações e direitos da testemunha.....	1007
246.	Do pedido e da admissibilidade da prova testemunhal.....	1008
247.	Procedimento da prova testemunhal.....	1009
248.	Local em que devem ser ouvidas as testemunhas	1014
249.	A substituição de testemunhas.....	1014

XXV – DO DEPOIMENTO PESSOAL

250.	Noções gerais.....	1016
	§ 1.º Interrogatório livre e depoimento pessoal (propriamente dito). Diversidade de regimes jurídicos.....	1018

251.	Definição	1021
252.	Escusa de depor e aplicação da pena de confesso	1022
253.	Procedimento do depoimento pessoal	1023
	§ 1.º Restrições a certos fatos (art. 347).....	1024
254.	Depoimento pessoal e confissão.....	1024

XXVI – DA CONFISSÃO

255.	Noções gerais.....	1027
256.	Conceito de confissão	1027
257.	Elementos da confissão.....	1029
258.	Espécies de confissão	1031
259.	Efeitos da confissão.....	1031
260.	Divisibilidade e indivisibilidade da confissão.....	1031
261.	Aspectos principais da confissão em nosso direito positivo.....	1032
262.	Revogação da confissão.....	1032

XXVII – DA PROVA PERICIAL

263.	Conceito de perícia	1035
264.	Do cabimento da prova pericial.....	1035
265.	Momento do pedido da prova pericial.....	1037
266.	O juiz e o resultado da perícia	1038
267.	Perícia. Requisitos e realização.....	1040
268.	A perícia e o perito	1045
269.	O perito e a sua responsabilidade	1046

XXVIII – DA INSPEÇÃO JUDICIAL

270.	Noções gerais.....	1049
271.	A participação de peritos na inspeção	1050
272.	A presença das partes na inspeção.....	1050
273.	A documentação da inspeção.....	1051

XXIX – INDÍCIOS E PRESUNÇÕES

274.	Diferença entre prova direta e indireta	1053
275.	Distinção entre presunção <i>hominis</i> e presunção legal.....	1054
276.	Presunção	1054
277.	Espécies de presunção	1054
278.	As presunções legais. Aspecto histórico	1056
279.	As presunções do homem	1057
280.	Valoração das presunções <i>hominis</i>	1057

281.	A presunção <i>hominis</i> e a prova contrária	1058
282.	A prova <i>prima facie</i>	1058
283.	A prova <i>prima facie</i> e o problema do ônus da prova.....	1059

XXX – DAS AUDIÊNCIAS: PRELIMINAR E DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO

284.	Introdução	1061
285.	Da audiência preliminar	1062
286.	Da audiência de instrução e julgamento.....	1067
286-A.	Decisões proferidas na audiência de instrução e julgamento e os recursos cabíveis.....	1069
287.	Atos que antecedem a audiência	1070
288.	O adiamento da audiência.....	1070
289.	Audiência e o problema do cerceamento de defesa.....	1071
290.	Audiência e o comparecimento do Ministério Público.....	1072
291.	Audiência e a identidade física do juiz	1072
292.	A audiência de instrução no procedimento sumário	1074

XXXI – DA SENTENÇA

293.	Generalidades sobre sentença	1081
294.	A sentença e as oportunidades em que pode ser proferida.....	1086
295.	A fundamentação da sentença e as lacunas da lei	1088
296.	Natureza jurídica da sentença	1091
297.	Efeitos da sentença.....	1092
298.	Sentenças processuais e de mérito.....	1093
299.	Sentenças classificadas por sua eficácia	1093
300.	Sentença declaratória	1094
301.	Sentença constitutiva.....	1095
302.	Sentença condenatória.....	1096
303.	Sentenças mandamentais e executivas <i>lato sensu</i>	1098
304.	Sentenças dispositivas.....	1104
305.	Sentenças complexas	1105
306.	A sentença: sua intelecção e seus elementos.....	1105
307.	Relatório	1106
308.	Fundamentação	1107
309.	A essencialidade do conteúdo decisório da sentença.....	1110
310.	A sentença <i>infra</i> ou <i>citra petita</i>	1111
311.	A sentença <i>extra petita</i>	1113
312.	A sentença <i>ultra petita</i>	1115
313.	A sentença e o julgamento em face de pedido genérico	1116

314. A sentença enfocada em face dos mais comuns problemas de direito intertemporal	1116
ÍNDICE LEGISLATIVO	1127
ÍNDICE ONOMÁSTICO	1179
ÍNDICE ALFABÉTICO- REMISSIVO	1189